

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro encaminha ao STJ alegações para manter executivos presos

Juiz responsável pelos processos da Lava Jato defende a manutenção da prisão de empresários

Erich Decat

Agência Estado

Brasília - O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, encaminhou ontem ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) "informações pormenorizadas" em que sustenta a manutenção da prisão de executivos da OAS suspeitos de envolvimento em um esquema de desvios na Petrobras. Os documentos foram enviados ao desembargador Newton Trisotto, relator dos habeas corpus apresentados pela equipe de defesa dos executivos que estão presos no Paraná.

Em quatro ofícios, Moro justifica a permanência da prisão de José Adelmário Pinheiro Filho (presidente da OAS); de Agênor Franklin Magalhães Medeiros (Diretor da Área Internacional da OAS); de Mateus Coutinho de Sá (Diretor Financeiro da OAS) e de José Ricardo Nogueira Breghiolli (funcionário da OAS).

"Apesar de a prisão preventiva ser medida excepcional,

mostra-se ela, lamentavelmente, necessária diante de indícios de um quadro de corrupção sistêmica e atual, com envolvimento profundo da OAS e de seus dirigentes", diz o juiz no trecho final dos quatro ofícios encaminhados ao STJ.

"Há um conjunto probatório que vai além dos depoimentos dos colaboradores, especialmente a prova documental da realização de depósitos milionários pela OAS em contas controladas por Alberto Youssef e que eram utilizadas para lavagem de dinheiro. Não há controvérsia quanto à materialidade desses depósitos e, se tinham eles algum propósito lícito a OAS, os seus dirigentes e os defensores não conseguiram, até o momento, prestar o mínimo esclarecimento", ressalta o juiz.

"No que se refere ao ora paciente José Adelmário Pinheiro Filho, vulgo Leo Pinheiro, presidente da OAS, é ele apontado por Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa como, juntamente com Agênor Franklin Magalhães Medeiros, o principal respon-

sável, na OAS, pelo esquema criminoso. Diante da magnitude do esquema criminoso, envolvendo os maiores contratos da OAS com a Administração Pública, é pouco plausível que fosse ele desconhecido pela direção da empresa", afirma o juiz.

Moro também destaca a apreensão de uma tabela com o doleiro Youssef com cerca de 750 obras públicas, nos mais diversos setores de infraestrutura. Segundo Moro, várias de responsabilidade da OAS. Em seguida, o juiz argumenta que parte do esquema de desvio ainda não foi revelado. Para Moro, o poder econômico de que dispõem as empreiteiras também põe em risco as investigações. "O risco das empreiteiras, agindo individual ou coletivamente, prejudicarem as investigações e a instrução ou de obstruírem o processo através da produção de provas falsas ou da cooptação de testemunhas e mesmo de agentes públicos envolvidos de alguma forma no processo é real e imediato."

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Posse no TJ

A nova cúpula diretiva do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, eleita para o biênio 2015/2016, toma posse na próxima segunda-feira, às 17 horas, no Tribunal Pleno, em Curitiba. Paulo Roberto Vasconcelos será o presidente da Corte, Renato Braga Bettega o primeiro vice-presidente, e Fernando Wolff Bodziak continuará na vice-presidência. Já os cargos de corregedor-geral da Justiça e corregedor serão ocupados, respectivamente, por Eugênio Achille Grandinetti e Robson Marques Cury.

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Posse suspensa em Jataizinho

A juíza Sonia Leifa Fuzinato, da Vara Cível de Ibiporã, suspendeu, liminarmente, a posse de Maurílio Martielho (PSD) na Mesa Executiva da Câmara e Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina) e determinou a realização de nova eleição para a escolha da presidência. A decisão atende pedido feito pelo vereador Adilson Gonçalves da Silva (PDT), que teve chapa anulada para disputar a cadeira porque um vereador estava inscrito nas duas chapas concorrentes. Adilson alegou abuso do ex-presidente Alex Gomes (PRB), que negou a inscrição da chapa sem colocar o tema para debate em plenário, conforme o regimento.

Multa

Ao registrar "indícios de vícios" na eleição para a Mesa, realizada em dezembro, a juíza afirmou que a posse deve ficar suspensa até decisão definitiva do mandado de segurança. Em caso de descumprimento a multa diária prevista é R\$ 1 mil. A reportagem ligou várias vezes para os vereadores Maurílio e Alex, mas não atenderam o celular.

Marta condenada

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) foi condenada a pagar multa de cerca de R\$ 5 milhões pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por improbidade administrativa. O TJ-SP considerou irregular propaganda da Prefeitura de São Paulo veiculada em 2004. Naquele ano, Marta tentava a reeleição como prefeita. O Ministério Público Federal aponta que houve campanha publicitária excessiva para ligar a obra Centro Educacional Unificado (CEU) a ela. O advogado de Marta, Pedro Estevam Serrano, afirmou que a defesa irá recorrer da multa, que atinge ainda o deputado estadual eleito José Américo Dias (PT).

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Brasil poderá ter 42 mil adolescentes

mortos até 2019

Estimativa está em pesquisa divulgada
ontem pela Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência e outros órgãos

*Paraná foi estado do Sul com
maior incidência de homicídios
nessa faixa etária em 2012*

Diego Prazeres
Reportagem Local

Londrina - As cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes poderão ter cerca de 42 mil adolescentes assassinados entre os anos de 2013 e 2019, segundo estimativa da pesquisa Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). A quinta edição do estudo, produzida com base em dados de 2012, foi divulgada ontem pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj).

A projeção revela que para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem assassinadas antes de chegar aos 19 anos, o que representa um aumento de 17% na taxa do IHA em comparação com 2011 (2,84). É o maior patamar em sua série histórica.

Alagoas, Bahia e Ceará, pela ordem, obtiveram os maiores IHA em 2012, com taxas de 8,82, 8,59 e 7,74, respectivamente. O Paraná aparece na 15ª colocação, com índice de 3,12 homicídios por mil adolescentes, à frente de estados importantes como Rio de Janeiro (2,71), Rio Grande do Sul (2,51), São Paulo (1,29) e Santa Catarina (1,14). Três cidades paranaenses estão no ranking dos 20 municípios de mais de 200 mil habitantes com os maiores IHA do País, segundo apontou o estudo: Foz do Iguaçu (16º, com 6,61), Colombo (19º, 6,43) e Cascavel (20º, 6,42). Da Região Sul, a única cidade fora do Paraná que aparece na lista é a gaúcha Viamão, na 17ª posição, com índice de 6,49.

Dos 18 municípios paranaenses que constam na relação do IHA, o que teve a maior taxa de adolescentes assassinados foi Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), com 8,56, superando Foz do Iguaçu, Colombo e Cascavel, que vieram na sequência. Londrina apareceu na oitava posição, com índi-

ce de 4,08, à frente de Curitiba (12ª, com 2,23) e Maringá (13ª, com 1,50).

O superintendente da Delegacia de Homicídios da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Cláudio Santana, afirma que a maioria dos homicídios de adolescentes na região de abrangência da delegacia está diretamente relacionada ao tráfico de drogas.

"Normalmente, as mortes estão ligadas ao tráfico. Por conta da lei, que é, digamos assim, mais branda com os adolescentes infratores, eles sabem que quando chegarem à maioridade não terão nenhum registro criminal e acabam sendo envolvidos pelo tráfico", afirma. Em números absolutos, segundo apontou o IHA, o total de assassinatos de pessoas de 12 a 19 anos em Londrina no ano de 2012 foi de 243 ocorrências, num universo de 59.495 jovens que formavam a população dessa faixa etária no município.

CONTINUA

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) considerou "inaceitável" o índice brasileiro. O País só fica atrás da Nigéria em números absolutos de adolescentes mortos. "De alguma forma é uma expressão das desigualdades no Brasil e o Unicef reconhece que a situação das desigualdades está melhorando, mas essa é uma crise absoluta e inaceitável", disse Gary Stahl, representante do fundo no País. (Com Agência Brasil)

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Crise pode levar Beto a rever aumento de 14,6% no salário

Com o reajuste automático concedido no início do mês, tucano se tornou o governador mais bem pago do País

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Preocupado com a repercussão negativa dos reajustes concedidos a políticos e magistrados recentemente, o governador do Paraná, Beto Richa (PS-DB), pode rever o aumento de 14,6% no próprio salário. Desde 1º de janeiro, o tucano tem direito a receber R\$ 33,7 mil, ao invés dos R\$ 29,4 mil que ganhava até dezembro de 2014. O acréscimo automático é garantido pela Lei Estadual 15.433/2007, segundo a qual os vencimentos do chefe do Executivo são os mesmos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), já "encorpados" no início do ano.

A situação faz de Beto hoje o governador mais bem pago do País, uma vez que a remuneração do STF corresponde ao teto do funcionalismo público. Provoca, ainda, um "efeito cascata" em todo o primeiro escalão. Isso porque, conforme a mesma legislação, a vice-governadora Cida Borghetti (Pros) e os 17 secretários de Estado (sem contar os três

assessores e os três comissionados definidos como de apoio técnico) têm direito a receber, respectivamente, 95% e 70% do que ganha o governador.

Ontem, a assessoria de imprensa do Palácio Iguaçu informou que o tucano anunciará "novidades" entre hoje e amanhã. No entanto, não deu pistas se ele irá abdicar do reajuste, como chegou a fazer quando era prefeito de Curitiba, ou se doará parte do subsídio a instituições sociais, especificando nomes e valores. Os governadores da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB), e do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), já vetaram os aumentos dos próprios salários, o que reforça a pressão pela adoção de medida semelhante no Paraná.

Reeleito no primeiro turno, Beto enfrenta uma grave crise de caixa, que resultou na adoção de medidas impopulares, como aumento de impostos e mudanças no regime da previdência. A justificativa é de que muitas receitas inicialmente previstas não serão efetivadas

devido ao baixo crescimento da economia. Questões como o imbróglio envolvendo o repasse do subsídio para o transporte coletivo de Curitiba e atrasos no pagamento de prestadores de serviço público também reforçam certo clima de insatisfação entre a população.

Procurada pela FOLHA, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap), responsável por gerir a folha de pagamento, não retornou às ligações, para confirmar se os reajustes serão de fato aplicados nos contracheques de janeiro. Como o mês ainda não "venceu", no Portal da Transparência é possível verificar apenas quais são os salários de dezembro.

CONTINUA

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

MAIS AUMENTOS

Anteontem, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), oficializou o aumento de 26,35% nos vencimentos dos 54 deputados estaduais que assumirão seus mandatos a partir de 1º de fevereiro: os salários passarão dos atuais R\$ 20 mil para R\$ 25,32 mil, o equivalente a 75% do que já recebem, em espécie, os parlamentares em Brasília. Além deles, a presidente Dilma Rousseff (PT), o vice-presidente Michel Temer (PMDB) e os ministros de Estado tiveram seus subsídios reajustados em 2015, de R\$ 26,7 mil para R\$ 30,9 mil. No Paraná, o "efeito cascata" incidirá ainda sobre os vencimentos de membros do Tribunal de Justiça) e do Ministério Público, igualmente calculados com base no que ganham os ministros do STF. Juízes, desembargadores, procuradores e promotores passaram a receber entre R\$ 24,8 mil e R\$ 30,4 mil (acréscimo de 14,6%). O mesmo reajuste é esperado para os conselheiros, procuradores e auditores do Tribunal de Contas.

29 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Condenado no mensalão perde benefícios

Marcelo Portela
Agência Estado

Belo Horizonte - A Justiça mineira suspendeu benefícios a que tinha direito o ex-deputado federal pelo PTB Romeu Queiroz, condenado por envolvimento no mensalão, e pode determinar a regressão do regime de sua pena do atual semiaberto para o fechado. A decisão foi tomada pela juíza da Vara de Execuções Criminais de Ribeirão das Neves, Miriam Vaz Chagas, após Queiroz ser flagrado bebendo em um bar na capital mineira em uma das saídas da prisão a que teve direito.

O ex-parlamentar foi condenado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a seis anos e seis meses de prisão por envolvimento no esquema operado pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, também sentenciado pela corte com mais 23 pessoas além de Queiroz. Após a condenação, o ex-deputado foi transferido para cumprir a pena por corrupção passiva e lavagem de dinheiro numa penitenciária de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, de onde saía

diariamente para trabalhar em uma de suas empresas.

Na sexta-feira, porém, o jornal "O Tempo", de Minas, divulgou imagens que mostram o ex-deputado bebendo com amigos em um bar da capital. Diante da irregularidade, Miriam Chagas determinou liminarmente a suspensão das saídas temporárias e do trabalho externo do acusado. Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a magistrada também enviou ofício ao STF para saber se ela poderá julgar a regressão da pena para o regime fechado, em audiência já marcada para 2 de março.

Os benefícios do condenado já haviam sido revogados em meados do ano passado pelo então presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, por entender que eles eram irregulares pois teriam sido concedidos antes do prazo previsto em lei. Mas a decisão, que também atingia o advogado Rogério Tolentino, foi revogada. Tolentino é ex-sócio de Marcos Valério, condenado a seis anos e dois meses de prisão, e acompanhava Queiroz para trabalhar na empresa do ex-deputado.

29 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Magistrado critica texto sobre acúmulo de processos

Desembargador falou
em despedida do TJ-SP

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Ao se despedir do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Manoel Justino Bezerra Filho criticou, nesta terça-feira, texto da **Folha** sobre acúmulo de processos.

Na última sessão de julgamento antes da aposentadoria compulsória em fevereiro, o magistrado afirmou que “o que o jornal disse a meu respeito é meia-verdade que se transforma em mentira”.

Com base em relatório do tribunal, o jornal citou Manoel Justino numa lista de 35 juízes que mantinham em seus gabinetes ações não julgadas acima da média do TJ.

Em outubro de 2014, o magistrado tinha 2.329 processos sem decisão, ante média de 1.038 em sua subseção.

Manoel Justino disse que produziu acima da média. Ele afirmou que o jornal “noticiou que o maior acervo do DP 3 [Subseção de Direito Privado 3], com 2.329 processos, era o meu, o que é verdade. Não informou, porém, que eu havia recebido um acervo com 3.451 processos”.

O magistrado havia sido consultado e a **Folha** publicou dados fornecidos por ele: “Manoel Justino Bezerra Filho assumiu com 3.300 processos. ‘Passados dois anos, o acervo está em 2.329. Não ofereci colaboração para o aumento do acervo”.

A **Folha** submeteu a lista ao presidente do TJ-SP, José Renato Nalini, que não quis comentar casos específicos.

Justiça pede bloqueio de R\$ 7,5 mi de estatal

Obras da Norte-Sul seriam superfaturadas

A Justiça Federal determinou o bloqueio de mais de R\$ 7,5 milhões da Valec, estatal ligada ao Ministério dos Transportes, que seriam repassados a empresas acusadas de superfaturamento em obras da Ferrovia Norte-Sul.

A decisão liminar (provisória), da 4ª Vara de Goiás, foi motivada por inquérito da Polícia Federal que identificou sobrepreço de mais de R\$ 30 milhões na execução do trecho entre os municípios de Ouro Verde (GO) e Estrela do Oeste (SP), sob responsabilidade das construtoras Aterpa e Ebate. O valor se refere a quantias já pagas.

Uma terceira empresa responsável pela fiscalização das obras, a Ecoplan Engenharia, é citada no processo por ter elaborado relatórios que confirmavam supostos dados fraudulentos informados pelas empreiteiras.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal, que pede, além do bloqueio, a condenação das empresas a penas previstas na Lei Anticorrupção e ressarcimento das quantias já pagas.

Para a Procuradoria, a Ecoplan também deve devolver R\$ 33 milhões recebidos como remuneração por ter "propiciado o enriquecimento ilícito" das construtoras.

O consórcio Aterpa-Ebate informou que não foi notificado e que "tomará medidas cabíveis". A **Folha** não conseguiu localizar representantes da Valec e a Ecoplan até a conclusão desta edição.

29 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Marta Suplicy é condenada a pagar multa de R\$ 5 mi

TJ-SP apontou improbidade administrativa em propaganda da ex-prefeita de São Paulo

DE SÃO PAULO

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) foi condenada a pagar multa de cerca de R\$ 5 milhões pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por improbidade administrativa. O TJ-SP considerou irregular propaganda da Prefeitura de São Paulo veiculada em 2004.

Naquele ano, Marta tentava a reeleição como prefeita. O Ministério Público Federal aponta que houve campanha publicitária excessiva para ligar a obra Centro Educacional Unificado (CEU) a ela.

O advogado de Marta, Pedro Estevam Serrano, afirmou que a defesa irá recorrer da multa, que atinge ainda o deputado estadual eleito José Américo Dias (PT). Serrano também o representa.

"A decisão [da Justiça] é correta em parte, porque não condena na maior parte dela. O equívoco é pagar a multa, porque a decisão não implica em perda de cargo ou

direito político nem inclui na Lei da Ficha Limpa", afirma.

Segundo o site do "Estado de S. Paulo", que divulgou a decisão na terça (27), o Ministério Público também pedia a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública de Marta e José Américo.

De acordo com Serrano, porém, a senadora foi inocentada pelo tribunal do critério que poderia enquadrá-la na Ficha Limpa. "A decisão expressamente a inocenta", diz.

O relator do processo, desembargador Antonio Carlos Malheiros, em entrevista ao jornal "Valor Econômico", disse que é preciso aguardar a posição do novo relator da ação para saber se haverá esse enquadramento ou não.

Caso fosse condenada na Ficha Limpa, Marta não poderia, como almeja, concorrer à eleição de 2016.

A reportagem não conseguiu acesso ao teor do processo nem conseguiu contato com Malheiros.

29 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Após ida a bar, condenado pelo mensalão tem benefício suspenso

Vídeo divulgado por portal mostra Romeu Queiroz supostamente bebendo cerveja; ele nega

Ex-deputado cumpre regime semiaberto e uma das regras é a proibição de consumo de bebidas alcoólicas

O ex-deputado pelo PTB Romeu Queiroz, condenado no julgamento do mensalão, teve o direito de trabalho externo e saídas temporárias suspensos após a divulgação de um vídeo em que ele supostamente aparece bebendo cerveja em um bar de Belo Horizonte.

Ele cumpre pena de seis anos e seis meses de prisão em regime semiaberto na penitenciária José Maria Alkmin, região metropolitana da capital mineira.

Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, "a decisão foi motivada por notícia, veiculada na semana passada, de que ele estava em um bar, na capital mineira, bebendo cerveja". O vídeo foi enviado ao portal O Tempo, de Minas, e mostra o ex-deputado em uma mesa com pelo menos mais uma pessoa.

Além de suspender os benefícios, a juíza Miriam Vaz Chagas, da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves (MG), marcou uma audiência para março para apurar o fato. Também mandou

um ofício ao STF (Supremo Tribunal Federal), onde Queiroz foi condenado, para que a corte informe se caberá à

vara de Ribeirão das Neves julgar a regressão de regime.

O advogado do ex-deputado, Marcelo Leonardo, nega que seu cliente tenha cometido irregularidades. "Consideramos essa decisão injusta e ilegal. Ilegal porque a juíza deveria ter ouvido primeiro o próprio condenado. Ela suspendeu o benefício e marcou para ouvi-lo só em março", disse o defensor.

"Se ela o tivesse ouvido, ele poderia esclarecer que foi almoçar no estabelecimento e que não ingeriu bebida alcoólica, a única coisa que ele não poderia fazer", completou.

Uma das regras do regime semiaberto é a proibição de consumo de bebidas alcoólicas pelos condenados.

Marcelo Leonardo afirmou que recorrerá da decisão.

Queiroz trabalhava em sua própria empresa, a RQ Participações S/A, em Belo Horizonte. Ele foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo do mensalão. (10-

GENES CAMPANHA)

29 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

VIOLÊNCIA OFICIAL

Seis em cada dez acusados de tortura no Brasil são agentes públicos, como policiais e funcionários do sistema penitenciário. É o que diz estudo da ONG Conectas e de outras entidades que será apresentado nesta quinta (29) em seminário na Defensoria Pública do Estado de SP. A obtenção de confissão ou informação é uma das principais razões para a prática.

VIOLÊNCIA 2

Os demais acusados são cidadãos comuns como pais, professores e funcionários de saúde que cuidam de pacientes vulneráveis.

VIOLÊNCIA 3

De 455 processos judiciais sobre tortura analisados nas cinco regiões entre 2005 e 2010, 78% resultaram em condenação em primeira instância. Na segunda instância, após julgamento de recurso, a taxa é de 61%.

29 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Comenda

O Tribunal de Justiça realiza hoje uma sessão solene de outorga da Comenda do Mérito Judiciário do Paraná. Serão homenageados os magistrados Sérgio Arenhart, Néfi Cordeiro e Sérgio Luiz Kukina e os advogados Luiz Edson Fachin e René Ariel Dotti. A sessão acontece às 17 horas no edifício anexo ao Palácio da Justiça.

29 JAN 2015

GAZETA DO POVO

42 mil morrerão antes dos 19 anos no país

Estimativa é baseada no Índice de Homicídios na Adolescência e compreende o período entre os anos de 2013 e 2019

Um estudo divulgado ontem, no Rio de Janeiro, estima que mais de 42 mil adolescentes (com 12 a 18 anos) poderão ser assassinados nas cidades de mais de 100 mil habitantes entre 2013 e 2019. Isso significa que, para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem mortas antes de atingirem os 19 anos. Esse é o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) do Brasil, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), com dados de 2012.

Essa taxa de 3,32 representa um aumento de 17% em relação a 2011, quando o IHA chegou a 2,84. A Região Nordeste apresenta a maior incidência de violência letal contra adolescentes, com IHA de 5,97. O estado da Bahia concentra 70% dos municípios mais críticos dessa região. A menor taxa está no Sudeste (2,25 jovens em cada mil), onde os municípios litorâneos apresentam maiores índices que os do interior.

Na Região Sul, o Paraná apresentou um índice de 3,12, um pouco abaixo do nacional, mas acima dos estados vizinhos do Rio Grande do Sul (2,51) e Santa Catarina (1,14). Já Alagoas, Bahia e Ceará são os estados com os maiores IHA (veja no gráfico).

A arma de fogo é o principal meio utilizado nos assassinatos de jovens brasileiros — as chances de morrer vítima de arma de fogo é 4,67 vezes maior do que por outros instrumentos. Os assassinatos representam 36,5% das causas de morte dos adolescentes no país e são a principal causa de morte nesta faixa etária nos últimos 12 anos. Na população total, correspondem a 4,8%.

Desigualdade

O estudo aponta ainda que a possibilidade de jovens negros serem assassinados é 2,96 vezes maior do que os brancos. A ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Nina Gomes, diz que a situação é complexa e envolve o enfrentamento do racismo. “Esse dado reafirma a urgência do debate sobre a igualdade racial e o enfrentamento do racismo. É uma questão de Estado, e não de municípios ou de determinados grupos.”

Os adolescentes homens apresentam um risco 11,92 vezes superior de serem mortos em relação às meninas. “A desigualdade está caracterizada de forma muito clara no mapa da violência. Há desigualdade de raça, de gênero e com um corte de classe”,

disse a ministra da SDH, Ideli Salvatti, durante a apresentação da pesquisa.

Na ocasião, Ideli anunciou a criação de um grupo de trabalho interministerial para elaborar Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal de Crianças e Adolescentes.

A pesquisa

Para a elaboração do IHA, foram analisados 288 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. O levantamento tem como base os dados dos Censos 2000 e 2010, do IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

PROJEÇÃO X REALIDADE

Em 2005, os pesquisadores do IHA estimaram que entre 2006 e 2012 mais de 35 mil adolescentes morreriam vítimas de homicídio, se as condições daquele ano não fossem alteradas. Agora, com dados de 2012, constatou-se que mais de 33 mil adolescentes foram, efetivamente, mortos no período, número apenas 5% inferior à projeção.

CONTINUA

29 JAN 2015

GAZETA DO POVO

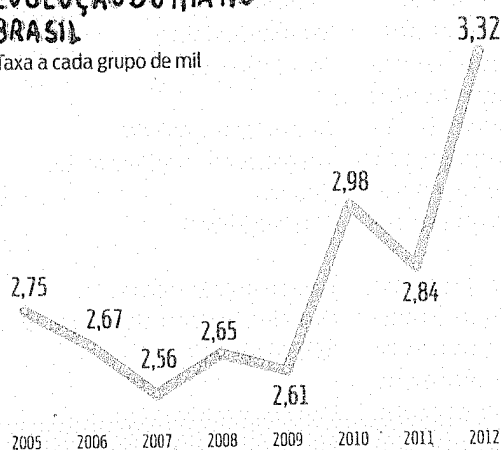
CONTINUAÇÃO

RISCO

O índice de jovens brasileiros entre 12 e 18 anos que não chegarão aos 19 é de 3,32 para cada mil. A taxa é de 2012 e é a pior desde 2005, primeiro ano em que foi feita a pesquisa de Evolução do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). Na Região Sul, a taxa registrada foi a penúltima menor, de 2,44.

EVOLUÇÃO DO IHA NO BRASIL

Taxa a cada grupo de mil



Por região

Nordeste	5,97
Centro-Oeste	3,74
Norte	3,52
Sul	2,44
Sudeste	2,25

Fonte: SDH/Presidência, Unicef, Observatório das Favelas e Laboratório de Análise da Violência da UERJ.
Infografia: Gazeta do Povo.

CIDADES

Entre os municípios com mais de 200 mil habitantes com maior IHA em 2012 estão três do Paraná:

1º	BA Itabuna	17,11
2º	ES Cariacica	10,47
3º	ES Serra	9,95
4º	CE Fortaleza	9,92
5º	BA Camaçari	9,82
6º	AL Maceió	9,37
7º	CE Maracanaú	8,81
8º	BA Vitória da Conquista	8,7
9º	BA Salvador	8,32
10º	ES Vila Velha	8,22
11º	MG Governador Valadares	7,35
12º	RN Parnamirim	6,81
13º	BA Feira de Santana	6,79
14º	AL Arapiraca	6,7
15º	PA Ananindeua	6,62
16º	PR Foz do Iguaçu	6,61
17º	RS Viamão	6,49
18º	PB João Pessoa	6,49
19º	PR Colombo	6,43
20º	PR Cascavel	6,42

“Esse dado reafirma a urgência do debate sobre a igualdade racial e o enfrentamento do racismo. É uma questão de Estado, e não de municípios ou de determinados grupos.”

Nina Gomes, ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

29 JAN 2015

GAZETA DO POVO

“Falta de reação” impede a soltura de presos, diz Moro

Em documento, juiz da Lava Jato afirma que a única maneira segura de tirar executivos da cadeia seria suspender todos os contratos públicos das empreiteiras envolvidas

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, afirmou ontem que a “falta de reação institucional” frente aos crimes cometidos por empreiteiras e seus executivos impede que os presos na sétima fase da investigação sejam libertados.

Questionado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o motivo por que três executivos e um funcionário da construtora OAS continuam presos, Moro afirmou que a única maneira segura de tirá-los da cadeia seria suspender todos os contratos da empresa, não só com a Petrobras, mas “com todas as outras entidades da administração pública direta ou indireta, em todos os três âmbitos federativos”.

“Somente dessa forma, ficaria afastado, de forma eficaz, o risco de repetição dos crimes”, diz o magistrado no documento.

O juiz ressalva que a suspensão dos contratos não é de interesse nem mesmo da OAS e, por esse motivo, não é possível que os presos sejam libertados.

Os funcionários da empreiteira que ainda estão presos são José Adelmário Pinheiro Filho (presidente) e Mateus Coutinho de Sá (diretor financeiro), Agenor Franklin Magalhães Medeiros (diretor-presidente da área internacional) e José Ricardo Nogueira Breghirolli (responsável por distribuir o dinheiro).

Crimes

No trecho que fala sobre a “falta de reação institucional”, o juiz federal Sérgio Moro afirma ainda que “a prática sistemática e duradoura de graves crimes contra a Administração Pública mina a confiança da sociedade na integridade da lei e da Justiça”.

“Os problemas se avolumam e os custos para sua resolução se tornarão cada vez maiores”, completa o magistrado.

Em outro trecho do documento, Sergio Moro afirma que a corrupção na Petrobras, “lamentavelmente”, acontece há muitos anos. O juiz da Lava Jato cita ainda “a existência de um quadro de corrupção e de lavagem de dinheiro sistêmico”.



Sérgio Moro:

corrupção na estatal acontece há muitos anos.

29 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Defesa de Youssef diz que corrupção partiu de políticos e da estatal

¶ A corrupção na Petrobras investigada pela Operação Lava Jato partiu de políticos e de dirigentes da própria estatal para servir a um projeto de poder do PT e de dois partidos da base aliada, o PP e o PMDB. O doleiro Alberto Youssef tinha um papel acessório nesse processo. Essa é a essência da defesa do doleiro, enviada ontem à Justiça Federal do Paraná pelo advogado Antonio Figueiredo Basto.

Segundo ele, a liderança dos esquemas de fraude era exercida por políticos e agentes públicos, e não pelo doleiro, ao contrário do que apontam procuradores, policiais e o juiz federal Sérgio Moro.

"O Alberto nunca atuou para corromper. Ele nunca corrompeu o Paulo Roberto Costa. A corrupção veio de dentro da Petrobras", disse, referindo-se ao ex-diretor da estatal, que também foi preso e hoje está em prisão domiciliar após ter feito um acordo de delação premiada. "Eu não estou dizendo que o Alberto é anjo, mas ele só cuidava da última fase do processo, que é lavagem de dinheiro."

Segundo os depoimentos no âmbito da delação premiada de Costa e de Youssef, os três partidos ficavam com um percentual sobre o valor dos contratos com a estatal que variava de 1% a 3%. Para a defesa, o trabalho do doleiro dependia de um tripé formado pela Petrobras, políticos e empreiteiras e "tinha uma importância menor".

Empreiteira alega ter sido alvo de 'achaque'

¶ A defesa do empresário Sérgio Cunha Mendes, vice-presidente da empreiteira Mendes Júnior, pediu sua absolvição sumária à Justiça Federal no Paraná sob alegação de que ele foi vítima de "achaque". Para assegurar contratos com a Petrobras, Sérgio Mendes teria sido obrigado a repassar valores ilícitos para o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa "com o auxílio" do doleiro Alberto Youssef, segundo a defesa.

Costa e Youssef, personagens centrais do esquema de corrupção da Lava Jato, fizeram delações premiadas. A tese da defesa da Mendes Júnior foi apresentada à Justiça Federal em resposta à acusação do Ministério Público Federal.

Investigação

Segundo a força-tarefa da Lava Jato, no período de 2004 a 2014, o vice-presidente e outros executivos da Mendes Júnior Trading Engenharia S/A teriam praticado crime de corrupção ativa "pois teriam prometido vantagens indevidas ao então diretor de Abastecimento da Petrobras [Paulo Roberto Costa], para determiná-lo a praticar, omitir e retardar atos de ofício".

"DELIVERY" DE PROPINA

Em termo de declaração prestado à Polícia Federal (PF), o policial Jayme Alves de Oliveira Filho, acusado de trabalhar no "delivery da propina" montado pelo doleiro Alberto Youssef, disse que transportou dinheiro a mando do lobista Fernando Baiano, acusado de ser o operador do PMDB no esquema investigado pela Operação Lava Jato. Baiano foi denunciado pelo Ministério Público Federal em dezembro e está preso na PF de Curitiba.

SIGILO DE GABRIELLI É QUEBRADO

A Justiça do Rio decretou ontem quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli, do ex-diretor de Serviços Renato Duque, do ex-gerente de Engenharia Pedro Barusco, da própria estatal petrolífera e da construtora Andrade Gutierrez em investigação sobre superfaturamento de R\$ 31,4 milhões em obras do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenp).

29 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Procurador defende penas menores a réus que colaboram

Em entrevista ao jornal *O Globo* publicada ontem, o procurador federal Deltan Dallagnol, integrante da força-tarefa da Operação Lava Jato, defendeu os procedimentos do órgão para acelerar as investigações, especialmente a delação premiada – pela qual réus revelam detalhes do esquema em troca do abrandamento de penas. “Se a sociedade quer que alcancemos resultados como o do caso Lava Jato mais frequentemente, deve estar disposta, observados os parâmetros legais, a mitigar a intensidade de algumas sanções contra os réus colaboradores”, disse ao jornal. Na entrevista, Dallagnol também refutou o argumento da defesa das empreiteiras de que foram “vítimas” da Petrobras.

Condenados PMs por matar jovens e alterar a cena do crime

A Justiça condenou na terça-feira à noite quatro PMs a 24 anos e 9 meses de prisão pela morte de dois jovens em 2012, em São Paulo. Cesar Dias de Oliveira e Ricardo Tavares da Silva, ambos de 20 anos, foram mortos a tiros quando passavam de moto pela rua Pablo Casals na madrugada do dia 1.º de julho. Segundo a acusação, eles foram confundidos por PMs de Osasco, na Grande São Paulo, que investigavam o tráfico de drogas na região. Os PMs afirmaram que os tiros foram disparados em legítima defesa depois que os rapazes foram perseguidos e atiraram contra os oficiais.

Justiça dá liberdade a motorista que matou filho de Cissa Guimarães

A Justiça do Rio concedeu ontem habeas corpus ao motorista que matou o filho da atriz Cissa Guimarães e ao pai do motorista, também acusado. Para o desembargador Marcus Basilio, os acusados podem apelar na condição em que se encontravam até a condenação. A prisão, disse, é medida excepcional, para evitar a fuga dos réus, o que não aconteceu até o julgamento.

29 JAN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MAIOR DO BRASIL

Mesmo em meio à crise, Beto Richa não abre mão de aumento de 14% em seu salário

O governador Beto Richa é o chefe do executivo mais bem pago do Brasil. Os seus rendimentos chegam a R\$ 33,7 mil, o mesmo que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Por sinal, essa é a regra para o reajuste no salário do governador. Uma lei de 2007 obriga que os proventos de Richa estejam alinhados com o STF.

Portanto, desde 1.º de janeiro, o governador recebe R\$ 4,3 mil a mais em seu holerite. A vice-governadora recebe, por lei, 95% dos rendimentos de Richa, o que significa um salário mensal de R\$ 32 mil. Os secretários também foram agraciados com um aumento em 2015, passando a receber R\$ 23,6 mil todos os meses. Fernanda Richa, esposa do governador, e Pepe Richa, irmão, estão na folha dos secretários.

O aumento de 14,6% no salário do governador acontece mesmo em meio a crise financeira do Estado. O governo anunciou recentemente um corte de gastos de 30%. Também aplicou um reajuste de 40% no IPVA e acabou com a isenção de ICMS para uma série de produtos.

O governo também tem tido dificuldades para honrar compromissos, como o repasse do subsídio ao transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, o que acarretou na greve de motoristas e cobradores.

No litoral, policiais e bombeiros estão tendo que se virar sem o pagamento das diárias.

Apesar disso, a assessoria do governador confirmou que não há nenhum plano de Richa ou dos secretários para abrir mão do reajuste. O governador afirma fazer doações mensais, mas prefere não revelar o valor nem a instituição beneficiada.

OUTROS

Treze dos 27 governadores brasileiros terão reajuste nos salários a partir deste mês. O maior aumento, de quase 100%, é no Rio Grande do Norte, onde o salário do governador Robinson Faria (PSD) passou de R\$ 11 mil para R\$ 21,9 mil. Mesmo assim, nenhum ultrapassa o valor recebido por Richa. Nem mesmo em estados maiores e mais populosos que o Paraná. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), por exemplo, passará a ganhar neste mês R\$ 21,6 mil, menos do que recebe um secretário no Paraná.

DEPUTADOS

Os 54 deputados do Paraná passarão a receber R\$ 25.322,25 mensais a partir de fevereiro - aumento de 26,3%. O ato foi publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa de ontem. O reajuste é o mesmo aprovado pelo Congresso Nacional, que elevou os salários de deputados federais, senadores e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para R\$ 33,7 mil. Como o aumento representa cerca de R\$ 5,3 mil a mais por mês para cada parlamentar, o impacto na folha

MAIORES SALÁRIOS

Os 10 governadores mais bem remunerados do Brasil

1 Paraná
Beto Richa (PSDB)
R\$ 33,7 mil

2 Mato Grosso do Sul
Reinaldo Azambuja (PSDB)
R\$ 32,4 mil

3 Roraima
Chico Rodrigues (PSB)
R\$ 30,9 mil

4 Amapá
Waldez Góes (PDT)
R\$ 30,4 mil

5 Piauí
Wellington Dias (PT)
R\$ 26 mil

6 Distrito Federal
Rodrigo Rollemberg (PSB)
R\$ 26 mil*

7 Pará
Simão Jatene (PSDB)
R\$ 25,3 mil*

8 Acre
Tião Viana (PT)
R\$ 25,3 mil*

9 Santa Catarina
Raimundo Colombo (PSD)
R\$ 25,3 mil*

10 Rondônia
Confúcio Moura (PMDB)
R\$ 25,3 mil



da Assembleia é estimado em R\$ 285 mil mensais. Os deputados também têm direito a R\$ 31,5 mil mensais para despesas como alimentação e correio, entre outros, e R\$ 78,5 mil mensais para contratar até 23 comissionados.

29 JAN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

INDENIZAÇÃO

O banco Bradesco, em Londrina, deve R\$ 150 mil em indenizações aos filhos de um gerente da instituição, demitido de forma considerada discriminatória pela Justiça do Trabalho. O gerente faleceu de câncer no intestino, após questionar a demissão e vincular a decisão do banco a doença. A condenação é da 3.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Ainda cabe recurso. Segundo a assessoria de imprensa do TRT, o gerente teve a confirmação do câncer em 2012. Com mais de 30 anos no banco, foi demitido apenas seis meses após revelar a doença.

29 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

MODESTO CARVALHOSA

A virgindade da Lei Anticorrupção

A Lei Anticorrupção brasileira – que dá efetividade interna aos tratados firmados pelo Brasil no plano da OCDE, das Nações Unidas e da OEA – comemora neste dia 29 de janeiro um ano de vigência, ou melhor, da *virgindade*. Tem, assim, a nossa lamentável República, além da viúva assaltada diariamente, uma donzela que foi prometida à comunidade internacional como o nosso compromisso de integração na luta mundial contra a corrupção.

Acontece que a presidente da República, em seu discurso oficial de diplomação no TSE, em 19 de dezembro, negou a vigência do Estado de Direito, declarando que não vai aplicar a Lei Anticorrupção às empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato, sob o pretexto de manutenção do nível de emprego (?). E reafirmou essa vontade prevaricadora expressamente na primeira reunião ministerial do segundo mandato, anteontem.

Além de cometer explicitamente crime de responsabilidade ao assim agir contra a aplicação de lei federal (artigo 85, VII, da Constituição), a presidente demonstra mais uma vez o desastre que é o seu governo, agora acrescentado pela total ignorância dos efeitos benéficos da aplicação da Lei Anticorrupção no caso da Petrobrás e das empreiteiras e fornecedoras nacionais e multinacionais que, em concurso criminoso, levaram à destruição de valor da estatal e agora, gradativamente, delas próprias.

Tivessem a Presidência da República e a Controladoria-Geral da União o mínimo discerni-

Presidente sujeita as empresas da Lava Jato às sanções jurídicas e de mercado internacionais

mento sobre a aplicação extraterritorial das leis anticorrupção existentes no planeta, não teriam negado a aplicação da nossa lei a esse respeito. Ao não processar a Petrobrás – agente ativo de todo o esquema de corrupção, que envolve, no mínimo, US\$ 80 bilhões – e as demais 23 empresas envolvidas, está o nosso governo (?) entregando todas elas à jurisdição dos demais países signatários, notadamente à drástica aplicação do Foreign Corrupt Practices Act, dos Estados Unidos, que, por sinal, já iniciaram as investigações, por intermédio do Departamento de Justiça, sobre a nossa antiga joia da coroa.

O caso é o seguinte: o Brasil, ao firmar os acordos internacionais, comprometeu-se a processar administrativamente todas as empresas – pessoas jurídicas – nacionais e multinacionais envolvidas em corrupção pública. A propósito, quatro multinacionais integram os cartéis do seleto clube.

Ao instaurar o processo administrativo conforme a Lei Anticorrupção, o governo brasileiro estaria colaborando com a apuração das condutas das multinacionais infratores nos países onde têm suas sedes e nos outros países onde também corrompem. Mas o mais importante é que a aplicação imediata da Lei Anticorrupção atende ao fundamental princípio das leis internacionais de que não pode uma empresa corrupta brasileira ser punida duas vezes pelos mesmos fatos. Ou seja, não pode ser condenada no Brasil e, ao mes-

mo tempo, em outros países pelos atos de corrupção aqui praticados, desde que tenham sido objeto do devido processo penal-administrativo estabelecido na Lei Anticorrupção.

Por isso a presidente da República, ao negar a aplicação de nossa lei, sob pretexto de salvar empregos (?), está abrindo as portas para que as leis e as sanções dos outros países se abatam pesadamente sobre elas. Nega-se o governo brasileiro a proteger a Petrobrás e as queridas e amadas empreiteiras da sanha, sobretudo, do governo norte-americano, que, por meio do seu Departamento de Justiça, da SEC, etc., vai atrair para sua jurisdição todas aquelas, mesmo que não tenham corruptamente operado nos Estados Unidos.

As multas que serão aplicadas à Petrobrás deverão chegar, provavelmente, a US\$ 50 bilhões, tais as implicações da nossa estatal com o governo, os credores e os investidores daquele país. Quem vai embolsar as multas pela corrupção da Petrobrás e de suas comparsas será o governo norte-americano, não o brasileiro. Encheremos mais ainda os cofres já repletos daquele grande país, em face da nossa incapacidade de entender o que se passa no mundo. Somos um país absolutamente isolado da comunidade internacional até em matéria de corrupção.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 JAN 2015

Assim, a presidente da República, em vez de mandar autuar administrativamente todas as implicadas e, desse modo, fazer com cada uma delas um acordo de leniência, transforma as ditas-cujas em mortas-vivas, em fantasmas desacreditados, sujeitas a todas as sanções jurídicas e de mercado internacionais. A reputação de uma empresa é um ativo imaterial inestimável. Sem credibilidade ela afunda.

Com esse quadro, a Petrobrás, as empreiteiras e os fornecedores do esquema estão sangrando. Esse processo de sangramento vai continuar, a ponto de serem destruídos milhares de empregos e o próprio valor dessas companhias, que vão acabar sendo inabilitadas pelo Banco Mundial e pelos países subscritores dos tratados.

Isso por quê? Porque não foram devidamente processadas aqui e, por isso, não foram firmados os acordos de leniência que permitiriam à Petrobrás e às suas comparsas purgar as suas faltas no plano nacional e internacional, mediante o pagamento de pesadas multas e da submissão ao regime de conformidade (*compliance*) sob a vigilância direta e permanente das auditorias independentes.

Resultado: a “vontade” da presidente impõe-se à lei, mal sabendo ela que está cometendo, com isso, crime de responsabilidade. As empresas implicadas já estão sangrando e vão sangrar muito mais. Por outro lado, o próspero mercado internacional da aquisição de empresas corruptas, liderado pelos norte-americanos, já cogita de comprar ativos das empreiteiras brasileiras. Será que um dia as empresas vão convencer-se de que a corrupção se tornou um péssimo negócio no mundo juridicamente globalizado?

JURISTA, É AUTOR, ENTRE OUTRAS PUBLICAÇÕES, DO 'LIVRO NEGRO DA CORRUPÇÃO' (ED. PAZ E TERRA, 1995) - PRÊMIO JABUTI - E DE 'CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI ANTICORRUPÇÃO' (ED. REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2015).

29 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça quebra sigilo de Gabrielli

Ricardo Brandt

Fausto Macedo

A Justiça do Rio de Janeiro decretou a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli, do ex-diretor de Serviços Renato Duque, e da construtora Andrade Gutierrez em investigação sobre superfaturamento de R\$ 31,4 milhões em obras do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobrás (Cenpes). A busca nas movimentações financeiras e dados tributários de Gabrielli, Duque e das empresas alcança período o de 2005 a 2010.

A decisão é da juíza Roseli Nalim, da 5.^a Vara da Fazenda Pública, que acolheu pedido do Ministério Público Estadual em ação civil pública. A magistrada também quebrou o sigilo do ex-gerente de Serviços da Petrobrás Pedro Barusco, braço direito de Duque.

A investigação reúne quatro inquéritos civis da Promotoria do Rio de Janeiro, que requereu, ainda, o arresto dos bens dos investigados, mas a Justiça não acolheu esse pedido.

Segundo o Ministério Público, as irregularidades consistiram em “sucessivas e superpostas contratações em benefício da Andrade Gutierrez, sobrepreço e superfaturamento praticado nos contratos, ausência de transparência” na seleção da empreiteira para prosseguir como cessionária de obrigações firmadas entre a Petrobrás e a empresa Cogefe Engenharia Comércio e Empreendimentos.

A apuração teve origem em levantamentos do Tribunal de Contas da União em todas as obras do Cenpes, inclusive as relacionadas à ampliação e modernização do Centro. Os auditores identificaram contratos com “valores superiores aos praticados

no mercado, além de firmados por preços superiores aos valores orçados pela própria estatal que, por sua vez, já traziam embutidos os sobrepreços”.

O TCU concluiu que “a ausência de publicidade e observância do devido processo licitatório subtraiu da estatal a oportunidade de selecionar a melhor proposta, aquela que trouxesse maior vantajosidade para a empresa”. Ao requerer a quebra do sigilo bancário e fiscal dos investigados, o Ministério Público apontou “conduta lesiva ao patrimônio público”.

Os quatro contratos que envolvem a Andrade Gutierrez são de serviços de descarte de resíduos, de terraplanagem, fundações, edificações e pavimentação nas obras do Cenpes.

CISSA GUIMARÃES

TJ liberta atropelador que matou filho de atriz

Rafael Bussamra, que atropelou e matou o estudante Rafael Mascarenhas, filho da atriz Cissa Guimarães, em 2010, teve prisão revogada ontem pelo Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ). Ele estava preso desde o dia 23, quando foi condenado a 12 anos e nove meses de prisão e teve a detenção decretada.

29 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO Brasil tem maior taxa de assassinatos de jovens desde 2005

3 em cada mil não vão chegar aos 19 anos, conforme números do governo e do Unicef; pior situação é no Nordeste

Roberta Pennafort / RIO

Três em cada mil brasileiros entre 12 e 18 anos não chegarão ao 19.º aniversário. A taxa de homicídios de adolescentes é a pior desde 2005, e é mais alarmante no Nordeste, onde chega a 5,97 em cada mil. Os números são do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, que estima que o volume de assassinatos entre 2013 e 2019 nesta faixa etária supere 42 mil.

Divulgados ontem, os dados têm como base os registros do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cidades com mais de 100 mil habitantes. Os mais recentes são de 2012, por causa da demora na divulgação das estatísticas do Ministério da Saúde. A tendência é de alta, sugerem os gráficos: de 2005 a 2011, o patamar oscilou pouco; de 2011 para 2012, cresceu 17%, de 2,84 mortes em cada mil para 3,32. O desejado é que seja inferior a 1.

Os Estados que encabeçam o ranking do Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA) são Alagoas (8,82), Bahia (8,59) e Ceará (7,74). Os mais bem posicionados são Santa Catarina (1,14), Acre (1,22) e São Paulo (1,29). “Se antes o problema estava no Sudeste, agora é no Nordeste. Não temos uma explicação fechada, mas são cidades que tiveram crescimento demográfico rápido, associado a novas dinâmicas econômicas”, disse o sociólogo Ignácio Cano.

Pesquisador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio (Uerj), responsável pelo relatório em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Unicef e a ONG Observatório de Favelas, Cano destacou a queda em São Paulo verificada desde 2001. Por causa da grande população do Estado (cerca de 44 milhões de pessoas), o decréscimo puxou os índices do Sudeste para baixo, a despeito da situação no Espírito Santo, com dois municípios, Cariacica e Serra, entre os cinco mais perigosos para adolescentes – Itabuna (BA) encabeça a lista.

A publicação está na quinta edição. O quadro em São Paulo, que corrobora pesquisas recentes sobre violência, pode ser explicado tanto por políticas públicas de segurança bem-sucedidas quanto pela hegemonia da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), o que limita embates entre criminosos, opinou Cano.

Negros. Além das desigualdades regionais, a pesquisa mostrou diferenças entre gênero e cor: os negros são 2,96 vezes mais suscetíveis do que os brancos; os homens têm risco 11,92 vezes superior de morrer do que as mulheres. A vulnerabilidade dos mais jovens também foi destacada: na população total, os homicídios são a causa da morte de 4,8% das pessoas e o índice se mantém constante desde 2005; entre os jovens, a taxa é de 36,5% e os números estão em linha ascendente.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, citou, como parte do esforço para reverter o quadro, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública,

que distribui responsabilidades sobre o setor entre os três níveis de governo. “A ‘pátria educadora’ não pode matar os nossos adolescentes. Ou nós criamos uma indignação nacional ou não vamos ter sucesso”, disse, referindo-se ao novo slogan do governo.

Maioridade penal. Para o secretário nacional de Juventude, Gabriel Medina, a sociedade dá mais ênfase à punição dos adolescentes que infringem as leis do que à proteção. “Temos 60 jovens negros, de 15 a 29 anos, sendo assassinados por dia no Brasil e esses dados muitas vezes não preocupam a sociedade, que fala em redução da maioridade penal.”

29 JAN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz da Lava Jato diz que prisões são advertência para empreiteiras

Moro também reafirmou que a prisão cautelar dos acusados tem objetivo de “prevenir a continuidade do ciclo delituoso” na Petrobras

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela investigação da Operação Lava Jato, disse ontem que a prisão dos executivos das empreiteiras investigadas é uma advertência para mudar a forma de fazer negócios com a administração pública. Moro também reafirmou que a prisão cautelar dos acusados tem objetivo de “prevenir a continuidade do ciclo delituoso” na Petrobras.

As declarações de Moro estão em uma manifestação enviada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que vai julgar o mérito dos habeas corpus de quatro presos ligados à OAS. No início deste mês, o ministro Newton Trisotto negou pedidos de liberdade de José Adelmário Filho, presidente da OAS, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, diretor-presidente da Área Internacional, de José Ricardo Nogueira Breghirolli e Mateus Coutinho, funcionários da empreiteira.

No entendimento do juiz, sem a prisão dos acusados não há como afastar o risco de repetição dos crimes. “A prisão cautelar do paciente [investigado] se impõe, lamentavelmente, para prevenir a continuidade do ciclo delituoso, alertando não só a ele, mas também à empresa das conse-

quências da prática de crimes no âmbito de seus negócios com a administração pública. Necessário, infelizmente, advertir com o remédio amargo as empreiteiras de que essa forma de fazer negócios com a administração pública não é mais aceitável - nunca foi, na expectativa de que abandonem tais práticas criminosas”, disse Moro.

Além de executivos das OAS, estão presos na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba diretores e funcionários da Engenvix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, Camargo Correa e UTC Engenharia. De acordo com depoimentos de delação premiada, as empresas são acusadas de formação de cartel em contratos com a Petrobras.

29 JAN 2015

BEMPARANÁ

Juiz justifica manutenção de prisões

“Apesar de a prisão preventiva ser medida excepcional, mostra-se ela, lamentavelmente, necessária diante de indícios de um quadro de corrupção sistêmica”.

do juiz Sérgio Moro

O juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na Justiça Federal do Paraná, encaminhou ontem ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) “informações pormenorizadas” em que sustenta a manutenção da prisão de executivos da OAS suspeitos de envolvimento em um esquema de desvios na Petrobras. Os documentos foram enviados ao desembargador Newton Trisotto, relator dos habeas corpus apresentados pela equipe de defesa dos executivos que estão presos no Paraná.

Em quatro ofícios, Moro justifica a permanência da prisão de José Adelmário Pi-

nheiro Filho (presidente da OAS); de Agenor Franklin Magalhães Medeiros (Diretor da Área Internacional da OAS); de Mateus Coutinho de Sá (Diretor Financeiro da OAS) e de José Ricardo Nogueira Breghirolli (funcionário da OAS). “Apesar de a prisão preventiva ser medida excepcional, mostra-se ela, lamentavelmente, necessária diante de indícios de um quadro de corrupção sistêmica e atual, com envolvimento profundo da OAS e de seus dirigentes”, diz o juiz no trecho final dos quatro ofícios encaminhados ao STJ.

“Há um conjunto probatório que vai além dos depoi-

mentos dos colaboradores, especialmente a prova documental da realização de depósitos milionários pela OAS em contas controladas por Alberto Youssef e que eram utilizadas para lavagem de dinheiro. Não há controvérsia quanto à materialidade desses depósitos e, se tinham eles algum propósito lícito a OAS, os seus dirigentes e os defensores não conseguiram, até o momento, prestar o mínimo esclarecimento”, ressalta o juiz Sérgio Moro nos documentos. Moro também destaca a apreensão de uma tabela com o doleiro Alberto Youssef com cerca de 750 obras públicas.

Moro rejeita alegações da defesa

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, rejeitou todos os argumentos preliminares das defesas do ex-diretor de Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró e do empresário Fernando Antônio Falcão Soares, o Fernando Baiano, apontado como lobbista do PMDB no esquema de propinas e corrupção na estatal. Eles foram denunciados pelo Ministério Público Federal por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa na aquisição de navios-sondas que teria envolvido uma propina de US\$ 30 milhões.

“Não há que se falar em

inépcia da denúncia como alegam alguns defensores”, advertiu Moro. “Apesar de extensa, é ela, aliás, bastante simples e discrimina as razões de imputação em relação de cada um dos denunciados.”

O magistrado da Lava Jato rechaçou a tese de que o executivo Julio Camargo não teria feito delação premiada voluntariamente. Com base na confissão de Julio Camargo, que admitiu ter intermediado pagamento de propina na Diretoria Internacional que seria comandada pelo PMDB, a Procuradoria da República denunciou Cerveró, Fernando Baiano e o próprio delator

- Cerveró e Fernando Baiano estão presos.

As defesas entregues à Justiça Federal são resposta à acusação do Ministério Público Federal e representam o primeiro passo para a instrução processual das ações abertas contra empreiteiros e lobbistas que teriam participado de um cartel na Petrobras. A defesa de Nestor Cerveró alegou “ilicitude das provas consistentes nas declarações de Júlio Camargo” porque não teriam sido voluntárias. Ele teria sido forçado a colaborar. A defesa de Fernando Baiano questiona a validade dos acordos de colaboração premiada pois seriam involuntários.

29 JAN 2015

BEMPARANÁ

Improbidade

A 6ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito Paulo Mac Donald Ghisi (PDT) e outros seis ex-secretários – dos quais quatro atuaram na Secretaria de Administração. O MP diz que teriam sido contratados, de forma irregular, 35 servidores na Secretaria de Saúde para cargos comissionados de assessoramento, como recepcionista, secretária, atendimento ao público, motorista, telefonista e almoxarifado. A natureza desses cargos, porém, deveria ser de provimento efetivo, ou seja, os servidores deveriam ter sido contratados por meio de concurso público específico, já que cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, a atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Verba

De acordo com a ação, ao contratarem os servidores em desacordo com o que prevê a Constituição, e liberarem aos servidores o pagamento de verba de representação de gabinete, os requeridos deram causa a pagamentos de verbas indevidas, o que representa prejuízo aos cofres públicos avaliado, pela Promotoria, em R\$ 1.425.447,66. O PT requer, à Justiça, que o ex-prefeito e os ex-secretários sejam condenados por ato de improbidade administrativa, que prevê, entre outras sanções, a devolução integral do dinheiro, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e perda da função pública.

29 JAN 2015

BEMPARANÁ

Ensino fundamental

Justiça mantém idade de ingresso em seis anos

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu na terça-feira, de forma unânime, manter em 6 anos, completados até 31 de março do ano letivo, a idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. O julgamento avaliou ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), que considera a restrição de idade uma proposta de avaliação de aprendizagem genérica e insuficiente.

A medida reformou a decisão da 1ª Vara Federal de Santa Rosa (RS), que dava provi-

mento à ação e garantia o acesso ao primeiro ano a crianças com menos de seis anos, desde que comprovassem capacidade intelectual por meio de avaliação psicopedagógica. A sentença era válida para os três estados da 4ª Região.

A Advocacia-Geral da União (AGU) e os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apelaram da decisão, argumentando que a entrada precoce de crianças na vida escolar pode ter consequências graves, tanto de aprendizado quanto de socialização.

Motorista que matou filho de Cissa Guimarães é libertado

A Justiça do Rio concedeu ontem *habeas corpus* ao motorista que matou o filho da atriz Cissa Guimarães e ao pai do motorista, que também é acusado no caso. O desembargador Marcus Basilio, da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, considerou que os acusados devem apelar na mesma condição em que se encontravam até a condenação, que ocorreu na última sexta-feira. O motorista Rafael de Souza Bussamra foi condenado pelos crimes de corrupção ativa, homicídio culposo, inovação artificiosa em caso de acidente automobilístico, afastamento do local do acidente para fugir à responsabilidade penal e participação em "racha". Seu pai, Roberto Martins Bussamra, foi condenado por corrupção ativa e inovação artificiosa em caso de acidente automobilístico. O jovem foi atropelado em julho de 2010 quando andava de skate em um túnel que estava fechado para manutenção. Depois do atropelamento, dois policiais teriam sido subornados pelos acusados.

29 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Sérgio Moro diz que prisão de executivos evita crimes

O juiz federal Sérgio Moro afirmou em ofícios enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que a prisão de executivos na Operação Lava Jato é a única maneira de evitar novas práticas criminosas das empresas junto à administração pública. Os documentos foram encaminhados para embasar a Corte em relação ao pedido de habeas corpus de quatro denunciados no processo que apura desvios de dinheiro da Petrobras, em contratos da empreiteira OAS.

Os réus a quem Moro se refere nos ofícios são José Ricardo Nogueira Breghirolli, Mateus Coutinho de Sá, José Adelmario Pinheiro Filho e Agenor Franklin Magalhães Medeiros. Nos documentos, Moro cita as razões para manter os executivos presos. ■